

Estudo de conceitos

Para estudar conceitos relacionados ao projeto será desenvolvido leitura de artigos, legislação, entrevistas com DIDH/UNESC, pessoas da comunidade LGBT de Araranguá e região.

Identificação de referenciais

A Identificação de referenciais de centros de assistência, incluindo entrevistas na área da justiça, saúde e cultura, será feita a partir de exemplos retirado da literatura.

Estudo de referenciais

O estudo de referenciais de arquitetura e equipamentos de assistência social será feito em livros, sites e revistas especializadas.

Caracterizar a situação

A Caracterização da situação sociocultural da comunidade LGBT em Araranguá e região, será realizada com as Secretarias de saúde, assistência social e justiça, a partir de entrevistas.

Definir diretrizes

A partir dos dados levantados anteriormente serão definidas diretrizes do Centro com um programa de necessidades inicial, identificando em mapas e por leituras urbanas lotes que atendam a implantação dessas características.

Elaborar partido

Após seleção do lote o partido será elaborado a partir de estudos gráficos que levem em consideração as condicionantes do projeto.

**SEXUALIDADE
HUMANA**

STONEWALL

MOVIM

ENTO

CONCEITOS

LGBT

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ARQUITETURA SOCIAL
REFERENCIAIS

POLÍTICAS
PÚBLICAS

LINHA
DO TEMPO

COMUNIDADE

A LUTA LGBT

Antes de abordar sobre o histórico do movimento LGBT, é preciso entender o que é LGBT. É uma sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A letra T, que representa a presença de travestis e transexuais no movimento, também diz respeito à transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento (FACCHINI, 2016).

Os primeiros registros históricos da homossexualidade datam de 1.200 A.C. Diversos pesquisadores e historiadores afirmam que a homossexualidade foi aceita em diversas civilizações ao longo da história. Apesar disso, em muitos países, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais foram e ainda são constantemente violentados, presos, torturados e mortos, sem proteção das leis, que podem ser omissas, conter brechas ou até mesmo respaldar a violência contra essa comunidade (FERRAZ, 2017).

Na década de 60, nos Estados Unidos, a comunidade LGBT era constantemente reprimida e até presa sem razão. Na noite do dia 28 de junho de 1969, contudo, algo diferente ocorreu: os usuários de um bar LGBT em Nova York, Stonewall Inn, resistiram à prisão, e a polícia perdeu o controle da batida. Uma multidão se reuniu na rua, em frente ao bar, encurralando a polícia dentro do mesmo. A tropa de choque foi convocada, e o cenário virou uma praça de guerra, com confrontos violentos que duraram por seis dias (FERRAZ, 2017).

Administrado pela Máfia, o bar Stonewall Inn era um ambiente de precária higiene que oferecia drinks a preços astronômicos. Apesar disso, constituía-se em um dos poucos locais onde pessoas LGBT podiam se socializar, beber, dançar e ser homossexuais. Como de praxe, as batidas policiais eram recorrentes, mas terminavam de forma relativamente pacífica: a polícia prendia algumas pessoas, o bar fechava por algumas horas, para depois abrir novamente. Os frequentadores do bar em questão eram principalmente adolescentes mais periféricos de Queens, Long Island e Nova Jersey, com algumas jovens drag queens e jovens sem-teto que ocupavam casas abandonadas no Lower East Side (FERRAZ, 2017).

Vários anos se passariam antes que os primeiros clubes com proprietários abertamente gay fossem licenciados – lugares como o Ballroom no West Broadway e Reno Sweeney no West 13th Street. Seria necessário mais alguns anos antes que grandes figuras políticas de Nova York saíssem a favor de leis antidiscriminação, e muito mais tempo antes de outros direitos dos homossexuais serem realizados.

A revolta de Stonewall, como ficaram conhecidos os seis dias de confronto com a polícia, marcou o momento da virada do movimento pelos direitos homossexuais nos Estados Unidos e em todo o mundo. Em 2017, esta manifestação social completa 48 anos de luta, de determinação buscando uma igualdade em direitos. E devemos comemorar os muitos que já conquistamos, por isso, o dia 28 de junho é considerado o Dia do Orgulho LGBT (FERRAZ, 2017).

Sobre a discussão científica e social acerca da normalidade ou anormalidade da sexualidade humana, o filósofo Francês Michael Foucault afirma que a sexualidade humana, a partir da história moderna e contemporânea, esteve sob a suposta ameaça de ser dominada por processos patológicos, o que teria levado não só as ciências, mas também a religião a intervir, atuando tanto na esfera da prevenção como da cura e normalização (MAGRINI 2007).

De acordo com o ponto de vista médico e biológico:

A sexualidade, desejo fundamental do ser, ocupa um lugar central em nossa condição existencial. Ela compreende três dimensões básicas: uma biológica, uma psicológica e outra cultural. A dimensão biológica corresponde ao impulso sexual, determinado por processos fisiológicos, cerebrais (sistema límbico, principalmente) e hormonais; a psicológica corresponde aos desejos eróticos subjetivos e à vida afetiva intimamente implicada na vida sexual; finalmente, a dimensão cultural corresponde aos padrões de desejos, comportamentos e fantasias sexuais criados e sancionados historicamente pelas diversas sociedades e grupos social. Estas três dimensões manifestam-se de modo geral, de forma conjunta na vida sexual. (DALGALARRONDO, 2000, p.216).



Figura 02
 Fonte: universoretro.com.br Autor: Desconhecido.
 CENTRO REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E CULTURA DA DIVERSIDADE EM ARARANGUÁ - SC



Figura 03
 Fonte: universoretro.com.br Autor: Desconhecido



Figura 04
 Fonte: universoretro.com.br Autor: Desconhecido.



Figura 05
 Fonte: universoretro.com.br Autor: Desconhecido.
 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 18



Figura 06
Fonte: politize.com.br Autor: Desconhecido



Figura 07
Fonte: noticias.band.uol.com.br Autor: Leo Pinheiro
19 FUNDAMENTAÇÃO



Figura 08
Fonte: vice.com Autor: Desconhecido
CENTRO REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E CULTURA DA DIVERSIDADE EM ARAJANGUÁ - SC



No Brasil, a passagem dos anos 1960 para a década seguinte é marcada pelo endurecimento da ditadura militar. Um movimento estudantil questionador começa a ganhar visibilidade, mas seria duramente reprimido pelo regime durante aproximadamente duas décadas. Enquanto isso, grupos clandestinos de esquerda combatiam a ditadura. Em meados dos anos 1970, ganha visibilidade o movimento feminista e, na segunda metade da década, surgem as primeiras organizações do movimento negro contemporâneo, como o Movimento Negro Unificado, e do movimento homossexual, como o Somos - Grupo de Afirmção Homossexual, de São Paulo (FACCHINI, 2016).

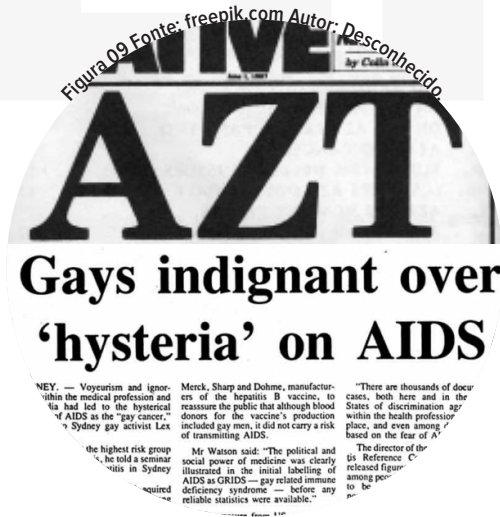
O nascimento do movimento homossexual no Brasil é marcado pela afirmação de um projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste às alternativas presentes no “gueto” e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como “não- politizada”, por estar exclusivamente voltada para a “sociabilidade”. Entre essas primeiras formas de associação de homossexuais, figuravam iniciativas como pequenos jornais distribuídos em bares, fã-clubes de artistas e bailes de carnaval onde homossexuais se encontravam. O surgimento da Aids, a forma como foi divulgada e as políticas públicas de enfrentamento à epidemia que foram sendo construídas propiciaram grande visibilidade à homossexualidade e ao modelo moderno de classificação da sexualidade. Passados os anos de pânico da epidemia, começa a se delinear também um vigoroso mercado voltado ao público homossexual. Pelo menos desde a década de 1960, o circuito de casas noturnas de frequência homossexual é entendido como um espaço de resistência e afirmação de uma identidade que não poderia mostrar-se com toda a vitalidade fora dos perímetros que haviam se constituído como lugares de proteção em relação ao preconceito (FACCHINI, 2016).

“Gueto era um nome que já usávamos para boates frequentadas por gays, lésbicas e travestis. Fazíamos panfletagem e buscávamos montar nossa pauta de reivindicação e apoio lá”, diz Alice Oliveira, militante lésbica.

Atualmente o movimento LGBT não apenas cresce em quantidade de grupos e diversifica os formatos institucionais, como amplia sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social. Assim, entre os interlocutores do movimento LGBT, temos movimentos de direitos humanos, de luta contra a Aids, e movimentos de “minorias”, especialmente o feminista, em âmbito nacional e internacional. A ampliação da visibilidade social se dá basicamente pelo debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; pela adoção da estratégia da visibilidade massiva por meio da organização das Paradas do Orgulho LGBT; e, pela incorporação do tema de um modo mais “positivo” pela grande mídia (FACCHINI, 2016).

LINHA DO TEMPO

Esta página é um índice cronológico de fatos marcantes relacionados aos direitos da comunidade LGBT durante as últimas décadas.



1980

Epidemia da AIDS

Diversos casos de pneumonia atacando jovens gays americanos levam à conclusão de que se trata de uma nova síndrome. No final do ano, já eram 121 casos de pessoas mortas pelo novo mal. Outros casos surgiram e logo ficou claro que havia uma nova doença, um “câncer gay”, batizado de GRID (sigla em inglês para “imunodeficiência relacionada aos gays”).

1986 surge a primeira droga eficaz para o tratamento da aids, o AZT.



1999

Resolução CFP 01/99

O Conselho Federal de Psicologia estabeleceu regras para a atuação de psicólogos em relação a questões de condições sexuais declarando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão e que os psicólogos não colaborarão com serviços e eventos que proponham tratamento e cura da homossexualidade.

1991 a anistia internacional passou a considerar a discriminação contra os homossexuais uma violação aos direitos humanos.



2001 Países Baixos legalizam o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

1990

Homossexualidade deixava de ser considerada uma doença

Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais do Código Internacional de Doenças. A decisão também eliminou o uso do sufixo ‘ismo’, desvinculando a orientação sexual da ideia de enfermidade. A data é tão memorável que passou a marcar o Dia Internacional de Combate à Homofobia.

2006

Projeto de Lei da Câmara nº 122/06

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006 propunha a criminalização dos preconceitos motivados pela orientação sexual e pela identidade de gênero, equiparando-os aos demais preconceitos que já são objetos da Lei 7716/89.



DO TEMPO

2011

Reconhecimento da união estável

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. Com isso, homossexuais podem ter os mesmos direitos previstos na lei 9.278/1996, a lei de união estável, que considera como entidade familiar “a convivência duradoura, pública e contínua”



2013 resolução 175 que proíbe cartórios a se recusarem a habilitar a união de pessoas do mesmo sexo.



2008

Cirurgia de redesignação

O Diário Oficial da União publica portaria que prevê a realização da cirurgia de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nos hospitais públicos dos Estados.



2010 O Senado da Argentina aprova a lei que autoriza o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo no país.



2009 a Suécia legaliza o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo.

2010

Inclusão do companheiro na declaração de IR

Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dá direito aos homossexuais de incluir o companheiro ou companheira como dependente na declaração do Imposto de Renda. O parecer foi baseado no princípio de igualdade perante a lei e lembrou que o mesmo benefício é concedido a casais heterossexuais.

2013

Homofobia é crime

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República apresenta o texto inicial de um substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122, que trata da criminalização da homofobia, a integrantes do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBT). Com um texto mais enxuto do que a proposta inicial, o substitutivo classifica como crimes de ódio e intolerância os crimes contra esses segmentos.

CONCEITOS

RELACIONADOS AO TEMA



Políticas Públicas: políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico (MEIO AMBIENTE).

Tipos de Políticas Públicas:

a) Políticas Públicas distributivas: As chamadas políticas distributivas não consideram a limitação dos recursos públicos e buscam privilegiar não a sociedade como um todo, mas uma parcela da população (SECCHI, 2013).

b) Políticas Públicas redistributivas: Por meio destas é que se alocam bens ou serviços a segmentos específicos da sociedade mediante recursos que são extraídos de outros grupos específicos (SECCHI, 2013).

c) Políticas Públicas regulatórias: São as mais facilmente identificadas e envolvem prioritariamente os policymakers, a administração pública e a burocracia estatal, além de outros grupos de interesse (SECCHI, 2013).

d) Políticas Públicas constitutivas: São elas que estabelecem as 'regras do jogo', as normas e procedimentos a partir das quais devem ser formuladas e implementadas outras políticas (SECCHI, 2013).



Vulnerabilidade Social: aquela situação em determinados grupos, famílias e indivíduos encontram-se incapacitados para lidar com as circunstâncias do cotidiano da vida em sociedade e de se movimentarem na estrutura social.

Abramovay apud Guareschi (2007) define situações de vulnerabilidade social aquelas nas quais determinados grupos, famílias e indivíduos encontram-se incapacitados para lidar com as circunstâncias do cotidiano da vida em sociedade e de se movimentarem na estrutura social. Essas situações não se restringem aos determinantes econômicos, pois perpassam também as organizações simbólicas de raça, orientação sexual, gênero, etnia.

A vulnerabilidade é entendida como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais (KATZMAN, 1999).



Figura 17

Fonte: acrílica.com Autor: Desconhecido.



Cidadania: a cidadania é o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo. Essa expressão vem do latim civitas, que quer dizer cidade.

Antigamente, cidadão era aquele que fazia parte da cidade, tendo direitos e deveres por nela habitar. Atualmente, esse conceito extrapola os limites urbanos, podendo ser compreendido no espaço rural. O conceito de cidadania também está relacionado à nacionalidade do indivíduo, isto é, à legalidade de sua permanência em um determinado território administrado por um Estado Nacional (ALVES, 2016).

[...] a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do homem no universo (COVRE, 1993, p. 11).



Direitos Humanos: direitos humanos são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos. Seu conceito também está ligado com a ideia de liberdade de pensamento, de expressão, e a igualdade perante a lei (ONU).

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana (ONU).

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, ... a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações... (PREÂMBULO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).



Comunidade LGBT: A Comunidade LGBT é um grupo de pessoas e apoiantes LGBT, organizações e subculturas, unidos por uma cultura comum e movimentos de direitos civis. Estas comunidades geralmente celebram o orgulho, a diversidade, a individualidade e a sexualidade.

Os grupos que podem ser considerados parte da comunidade LGBT incluem os bairros gay, as organizações de direitos, grupos de funcionários da comunidade em empresas, grupos de estudantes nas escolas e universidades, e LGBT em grupos religiosos.



Visibilidade: Visibilidade LGBT é, atualmente, uma expressão linguística muito usada na desmistificação das diferenças, a ponto de pessoas que se consideram heterossexuais – mas que rejeitam a heteronormatividade – se unirem em apoio às causas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (SOUZA 2016).

O ganho maior é a visibilidade. Não se consegue ignorar uma manifestação pacífica de três milhões de humanos no planeta. Então, essa foi a coisa que mais chamou a atenção e as pessoas percebem. Em lugares que nem se falava a palavra, de repente, ela surge. As pessoas já começam se questionar, se tornando um ganho para nós; o que é o principal: as pessoas ao redor do mundo estão ouvindo falar de homofobia e do que se trata isso (SOUZA COTTA, 2009, p. 27).



Homofobia: Compreende-se homofobia como aversão e medo mórbido irracional, desproporcional persistente e repugnante da homossexualidade ou de se tornar homossexual. Mais especificamente a homofobia caracteriza o ódio e o resultante desprezo pelos homossexuais que alguns indivíduos sentem. Para muitas pessoas é fruto do medo de elas próprias serem homossexuais ou de que os outros pensem que o são.

Outros grupos responsabilizam as instituições religiosas por contribuir indiretamente com os crimes de homofobia. Muitos membros dessas instituições adotam pontos de vista liberais e outros preferem defender posições mais conservadoras com relação à sexualidade. As discordâncias são profundas e parecem sem solução, pelo menos em curto prazo. A homofobia acaba ganhando espaço e muitos dos atos violentos praticados contra homossexuais se dão a partir da noção deturpada pela religião de que a homossexualidade deve ser combatida (SOUZA COTTA, 2009, p. 39).



Gueto: O gueto é formado por um grupo minoritário de pessoas, que acabaram se unindo devido a circunstâncias sociais e econômicas. Viver em guetos era uma prática muito comum da comunidade LGBT, este tipo de bairro frequentemente contém uma série de estabelecimentos orientados a este público, tais como bares gays, discotecas gays, saunas, restaurantes, bibliotecas e outros negócios.

Para a Escola de Chicago, um gueto é uma parte do espaço ocupada por um grupo autoidentificado, onde existe constituição institucional, área de cultura, isolamento social e concentração residencial específicos para seus "membros" (PERLONGHER, 1987, p. 52-59).



POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. É o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados.

O Governo Federal, ao tomar a iniciativa de elaborar o Programa, reconhece a trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais. O Programa “Brasil sem Homofobia” é uma articulação bem sucedida entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada, que durante aproximadamente seis meses se dedicou a um trabalho intenso, fundamental para o alcance do resultado apresentado nesta publicação.

Um dos objetivos centrais deste programa é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Buscamos a atitude positiva de sermos firmes e sinceros e não aceitarmos nenhum ato de discriminação e adotarmos um “não à violência” como bandeira de luta.

As políticas públicas traduzidas no Programa serão exitosas porque é uma decisão de todos, elaboradas pelo consenso. Entretanto, a participação de cada um de nós como cidadão é importante para a consolidação dos direitos humanos como direito de todos (MIRANDA, 2004)

O Programa Brasil Sem Homofobia possui como princípios

A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias.

A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento LGBT em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta.

A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira.

O Programa Brasil Sem Homofobia possui como ações

- Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais.
- Legislação e Justiça.
- Cooperação Internacional.
- Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade
- Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual.
- Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários.
- Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual.
- Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana.
- Política para a Juventude.
- Política para as Mulheres.
- Política contra o Racismo e a Homofobia

O Programa Brasil sem Homofobia é bastante abrangente e define como atores para a sua implantação o setor público, o setor privado e a sociedade brasileira como um todo. Instâncias essas que podem somar esforços na luta contra a discriminação por orientação sexual. Apesar de o Programa ter a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como órgão responsável pela sua articulação, implantação e avaliação, a responsabilidade pelo combate à homofobia e pela promoção da cidadania de gays, lésbicas e transgêneros se estende a todos os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, assim como ao conjunto da sociedade brasileira.

Desta forma, o Programa Brasil sem Homofobia apresenta um conjunto de ações destinadas à promoção do respeito à diversidade sexual e ao combate as várias formas de violação dos direitos humanos de LGBT. Neste Programa, portanto, estão envolvidos Ministérios e Secretarias do Governo Federal que, além de serem co-autores na implantação de suas ações, assumem o compromisso de estabelecer e manter uma política inclusiva em relação aos homossexuais, garantindo, assim, a promoção de um contexto de aceitação e respeito à diversidade.

CENTRO DE REFERÊNCIA - ARQUITETURA NO ÂMBITO SOCIAL

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos a concepção dos Centros de Referência em Direitos Humanos surgiu a partir de experiências realizadas por órgãos públicos e organizações não-governamentais que possibilitaram o acesso da população de baixa renda a serviços essenciais como por exemplo, assistência jurídica e documentação civil básica. Assim, os Centros de Referência em Direitos Humanos atuam como mecanismos de defesa, promoção e acesso à justiça e estimulam o debate sobre cidadania influenciando positivamente na conquista dos direitos individuais e coletivos.

Os Centros de Referência em Direitos Humanos são espaços de convivência entre pessoas. Um espaço físico onde são implementadas ações que visam à defesa e a promoção dos Direitos Humanos. As equipes envolvidas nos Centros de Referência em Direitos Humanos tem como ponto de partida, atividades que visam à humanização, à emancipação do ser humano, à transformação social, construindo realidades mais justas e igualitárias.

Objetivos:

- Mobilizar, em torno de uma unidade física baseada no desenho universal de acessibilidade, instituições governamentais, não governamentais e particulares com o objetivo de gerar conhecimento, propor políticas públicas e desenvolver ações de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de modo a efetivar o Programa Nacional de Direitos Humanos 3.
- Desenvolver capacidades, promovendo o empoderamento pertencimento a uma comunidade e o exercício da cidadania.

Os Centros de Referência, ao implementar ações que tem como base a cultura dos Direitos Humanos, como direitos adquiridos que devem ser assegurados plenamente na linha de dar condições para que as pessoas, em todas as fases da sua vida, possam estar resguardadas e desenvolver suas potencialidades humanas e sociais, pretendem levar as pessoas encontrarem projetos de vida, visões de mundo, praticar sociabilidades diferentes daquelas apontadas naturalmente pela vida cotidiana. Essa ações devem apontar valores e linguagens capazes de atrair àqueles que são o público alvo, para uma realidade marcada pela auto-estima, pertencimento, dignidade e valorização individual e coletiva.

Serviços Prestados:

Os Centros de Referência em Direitos Humanos prestam, fundamentalmente, os seguintes serviços:

- Informações sobre direitos e serviços; consiste na disseminação de informações junto à população sobre seus direitos e deveres enquanto cidadão.
- atendimento jurídico, social e psicológico: consiste na prestação de assistência, orientação, encaminhamento e acompanhamento jurídico, social, antropológico e psicológico, compreendendo desde uma simples orientação até a propositura de ação judicial.
- Capacitação em direitos humanos: consiste na formação e capacitação em Direitos Humanos e Cidadania de lideranças locais, agentes públicos e estudantes, capacitando-as como “agentes de cidadania”.
- Produção de conhecimento: consiste na geração, produção, difusão, fomento e disponibilização de conhecimentos em Direitos Humanos, por meio de publicações, vídeos, cartazes, banners, folders, mídias digital, etc. A ação de capacitação em Direitos Humanos estará direcionada à Produção de conhecimento e terá interface com as instituições públicas de ensino.
- Mediação de conflitos: consiste na busca de soluções pacíficas como forma de resolução dos conflitos, com o objetivo de obter um acordo satisfatório entre as partes.
- Apoio: consiste na assessoria da formulação de desenvolvimento de projetos locais, articulando entidades, órgãos públicos e instituições conveniadas na área de abrangência do Projeto.
- Articulação: consiste na articulação dos diversos atores públicos e dos movimentos sociais na construção de uma rede que permitirá trocas de experiências e conhecimentos.



Centro de Referência em Santo Amaro - São Paulo/BR
Figura 19
Fonte: fotospublicas.com Autor: Fábio Arantes



Centro de Referência em Vila Dom Pedro II - São Paulo/BR
Figura 20
Fonte: mural.blogfolha.uol.com.br Autor: Eduardo Micheletto



Centro de Referência em Salvador - Bahia/BR
Figura 21

Fonte: reporterhoje.com.br Autor: Desconhecido

CENTRO REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E CULTURA DA DIVERSIDADE EM ARARANGUÁ - SC



Centro de Referência em São Miguel Paulista - São Paulo/BR
Figura 22

Fonte: ponte.org Autor: Desconhecido

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 30



Centro de Referência em Los Angeles - Califórnia/EUA
 Figura 23
 Fonte: beverlypress.com Autor: Edwin Folven



Centro de Referência em Tchernikhovski - Tel Aviv/Israel
 Figura 24
 Fonte: timesofisrael.com Autor: Courtesy



Centro de Referência em Denver - Colorado/USA
 Figura 25
 Fonte: glbtcolorado.org Autor: Desconhecido



Centro de Referência em New York/USA
 Figura 26
 Fonte: ... Autor: Desconhecido



REFERÊNCIAS PROJETOAIS

Para a elaboração do trabalho foram utilizados projetos focados nas diferentes necessidades da população em situação de vulnerabilidade com especificidades da população LGBT. Os projetos utilizados no estudo encontram-se fora do País, já que a população LGBT encontra dificuldades em exercer a sua cidadania no Brasil. O foco do projetos pesquisados está em programas que se adequem às necessidades identificadas no estudo do tema.

Os projetos foram desenvolvidos a partir de uma necessidade em relação a um problema, que foram elementos importantes para a construção do programa, implantação e inserção urbana do equipamento.

Town Hall Apartments

Localizado no Bairro de Boystown, em Chicago - Illinois, o projeto projeto foi construído em 2014 pela empresa Gensler em parceria com a Heartland Housing, uma organização que incentiva e ajuda na construção de habitações de interesse social. Focado para a população LGBT, a importância do projeto de deu por conta de estatísticas onde 40.000 pessoa viviam em condições precárias.

Arquitetura: Gensler

Área construída: 6.453,5m²

Localização: Chicago, Illinois

Ano: 2014

O projeto consiste em 79 dormitórios divididos em 30 estúdios e 49 unidades de 1 dormitório, acomodados no novo edifício, no antigo edifício estão inseridos os espaços de atendimento e de conveniência do programa. No pavimento térreo do edifício existente foram realocados os espaços do Center on Halsted, voltadas as pessoas atendidas pelo centro, já no novo edifício estão locados os estacionamentos com área para carga e descarga, serviços e uma área para locação, o pavimento é de acesso público sem nenhuma restrição.

O primeiro pavimento é setorizado entre as áreas comuns e privativas, na área do edifício existente estão os escritórios, refeitórios, sala de terapia, academia, laboratório de informática além de uma sala de encontros. No novo edifício há um grande terraço na extensão longitudinal na fachada principal. Além disso, há as unidades habitacionais nesse pavimento são 6 estúdios e 9 apartamentos de 1 dormitório, em cada pavimento há uma lavanderia comunitária e uma lixeira.



Figura 30

Fonte: tighearchitecture.com Autor: Gensler

CENTRO REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E CULTURA DA DIVERSIDADE EM ARARANGUÁ - SC



Figura 31
 Fonte: tighearchitecture.com Autor: Gensler
CENTRO REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E CULTURA DA DIVERSIDADE EM ARARANGUA - SC



Figura 32
 Fonte: tighearchitecture.com Autor: Gensler



Figura 33
 Fonte: tighearchitecture.com Autor: Gensler



Figura 34
 Fonte: tighearchitecture.com Autor: Gensler
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 34



Figura 35
Fonte: archdaily.com.br Autor: Patrick Tighe.

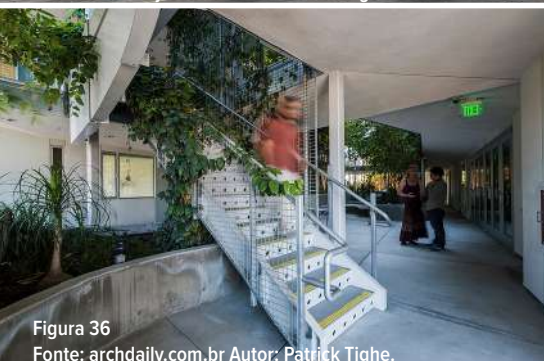


Figura 36
Fonte: archdaily.com.br Autor: Patrick Tighe.



Figura 37
Fonte: archdaily.com.br Autor: Patrick Tighe.
39 FUNDAMENTAÇÃO TECNICA



Figura 38
Fonte: archdaily.com.br Autor: Patrick Tighe.
CENTRO REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E CULTURA DA DIVERSIDADE EM ARARANGUÁ - SC